



**PROCESSO Nº : 1.628-4/2014**  
**PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL**  
**RECORRENTES : LÁZARO MOISÉS DE SOUZA**  
**ADVOGADO(S) : JEANA VALÉRIA MENDES ALVES – OAB/MT 20.246**  
**ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO**  
**RELATOR : CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO**

### **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

Trata-se de Recurso Ordinário interposto interposto pelo Sr. Lázaro Moisés de Souza, ex-Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, contra o Acórdão nº 283/15 - PC, que julgou regulares, com recomendações, determinações e aplicação de multa, as contas anuais de sua gestão – período 07/03/14 à 06/05/14 - do exercício de 2014.

Pois bem, convém registrar, que nesta fase processual, segundo competência outorgada pelos arts. 271, I, e 277 da Resolução Normativa nº 14/2007, cumpro-me estritamente efetuar o juízo de admissibilidade do Recurso Ordinário interposto.

Dessa forma, compulsando os autos, quanto ao recurso em exame, tem-se que:

a) Cabimento: verifica-se que o recurso interposto está adequado às previsões contidas nos artigos 67, *caput*, da Lei Complementar 269/2007 c/c inciso I do art. 270 do RI/TCE/MT;

b) Legitimidade: constata-se que conforme disposição expressa do Art. 65 da Lei Complementar nº 269/2007, estão legitimados a interpor recurso quem é parte no processo principal, conforme se constata das razões do Recurso Interposto.



c) Tempestividade: verifica-se que o Acórdão nº 283/2015 – PC, foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em data de 10/10/2016, conforme certificação (doc. 18.228-2/2016 - Control-P), sendo que o recurso foi interposto e protocolado em 03/11/2016 (doc. 19.342-7/2016 - Control-P), estando, assim, dentro do quinquídio legal estabelecido no § 4º do artigo 64 da Lei Complementar nº 269/2007.

Posto isso, concluo, que, o recurso ora analisado, é tempestivo.

Diante do exposto, considerando que o recurso em apreço cumpriu todos os requisitos de admissibilidade impostos pela Lei Orgânica e Regimento Interno deste Tribunal, profiro juízo de admissibilidade positivo e via de consequência conheço do Recurso Ordinário em seu duplo efeito.

Por fim, remeta-se o feito a Secretaria de Controle Externo da 5ª Relatoria para análise do presente Recurso Ordinário interposto, após retorne-me para conclusão.

Cuiabá, 09 de novembro de 2016.

Conselheiro Sérgio Ricardo